

## ACT E MAIS DE 60 ORGANIZAÇÕES ASSINAM CARTA ABERTA CONTRA A REDUÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE CIGARRO

A ACT Promoção da Saúde e mais de 60 organizações das sociedades civil e sociedades médicas, brasileiras e internacionais, assinaram [carta aberta](#), direcionada ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, contra a decisão de ser criado um grupo de estudo para debater a redução do imposto sobre cigarros, medida divulgada na Portaria 263/2019 e publicada no Diário Oficial da União no final de março. No documento, as organizações requerem a revogação da Portaria e a atuação das áreas da saúde, economia e finanças, para que os preços e tributos de produtos de tabaco aumentem.

A carta aberta esclarece que a tributação do tabaco e a eliminação de todas as formas de comércio ilícito desses produtos são medidas previstas na Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), primeiro tratado internacional de saúde pública, ratificado por 181 países, inclusive pelo Brasil (Decreto 5.658/2006). As questões tributária e do contrabando devem ser devidamente enfrentadas pelo poder público, sem que a ameaça do contrabando iniba a adoção de políticas de saúde pública para a redução do tabagismo. Também alertam que a redução na prevalência do número de fumantes no Brasil aconteceu justamente durante o aumento dos tributos.

O Instituto Nacional do Câncer – INCA/Ministério da Saúde aponta estudos que indicam que um aumento de preços na ordem 10% é capaz de reduzir o consumo de produtos derivados do tabaco em cerca de 8% em países de baixa e média renda, como o Brasil. As evidências científicas demonstram ainda que o aumento dos preços contribui para estimular os fumantes a deixarem o cigarro, assim como para inibir a iniciação de crianças e adolescentes.

A carta aberta destaca que o critério de qualidade não se aplica a produtos de tabaco: “o cigarro, legalizado ou contrabandeado, provoca um grave dano sanitário e social, gerando milhares de mortes no Brasil e milhões de mortes no mundo, anualmente. Em 2017, foram 7 milhões de mortes. O tabaco causa a morte de 50% de seus consumidores regulares. É incontroverso que todos os produtos de tabaco, legalizados ou não, causam forte dependência e mais de 50 doenças e risco de morte, o que justifica que deve ser um produto rigorosamente regulado”.

Outro ponto preocupante abordado no documento é o custo do tabagismo que chega a R\$ 56,9 bilhões por ano no país, o equivalente a quase 1% do PIB anual. Este custo é cerca de quatro vezes superior ao que se arrecada com os tributos sobre produtos de tabaco no mesmo período. As organizações sugerem que sejam adotadas novas políticas fiscais de aumento de impostos federais e estaduais incidentes sobre tabaco, para que tragam benefícios sanitários e econômicos.

O documento também foi encaminhado para os Ministérios da Saúde, Economia e para a Secretaria Nacional do Consumidor.

3.4.2019